

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

Pontos críticos da CPLP

ADRIANO MOREIRA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Pontos críticos da CPLP

Adriano Moreira

Os valores que orientaram a criação da CPLP estão assumidos pelas soberanias envolvidas, as declarações de confiança no futuro da organização são frequentes, mas a evolução da ordem internacional, hoje de contornos imprevistos, também suscita dúvidas e hesitações sobre a mais viável definição de um conceito estratégico, e ainda sobre a capacidade de reunir os recursos exigíveis para acompanhar com êxito a referida acidentada evolução.

Talvez, nesta adiantada hora da vida da CPLP, a contribuição mais oportuna seja a de tentar enunciar os *pontos críticos* da conjuntura, e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis.

1) A LIDERANÇA

Não será posta em dúvida a natureza de instituição baseada na igualdade dos Estados participantes, uma das exigências irrenunciáveis de um projecto viável de reorganização da governança mundial. Mas esta igual dignidade não é incompatível com *lideranças destacadas*, porque estas se apoiam em autoridade reconhecida, e não em poder imposto. Talvez os exemplos não sejam numerosos, mas seguramente a história da NATO, longa de cinquenta anos até à queda do Muro de Berlim em 1989, parece servir de paradigma: nunca foi posta em dúvida a liderança dos EUA, nunca foi violada a regra de igualdade de voto dos Estados membros, nunca aconteceu que o valor do sempre procurado *consenso* fosse posto em causa, em caso algum houve notícia de que a dignidade de um dos aliados fosse beliscada, sem diferença de poder na real hierarquia das potências.

A CPLP nasceu vinculada a esse paradigma, o que foi um notável exemplo de concórdia em vista da história recente de luta militar pelas independências, e até de luta do povo contra o ocupante violento como se passou com Timor.

Temos por comprovada, e não posta em causa, a adesão de todos os Estados-membros ao referido paradigma, condição irrenunciável de bom funcionamento interno, mas também exemplo para os regionalismos de vários sinais que se vão multiplicando pelas diferenciadas regiões do mundo globalizado.

Por tudo isto, talvez seja oportuno meditar sobre uma liderança, ainda que mais pressentida e desejada do que efectiva, mas seguramente desafiada e desafiante, que é a do Brasil.

Recentemente, o nosso confrade Soromenho-Marques, num estudo sobre o papel dos EUA na presente conjuntura, recordou uma troca de correspondência entre o Abade Correia da Serra, fundador da Academia das Ciências, e o seu amigo Jefferson, a respeito das lideranças internacionais, pensando no Atlântico. O Abade, que tinha na data em vista o Reino Unido de Portugal e Brasil, tentativa, sem futuro, de D. João VI, imaginava que o papel liderante dos nascentes EUA ao Norte poderia ter uma contrapartida liderante ao Sul, este a ser exercido pelo Reino-Unido, digamos que pelo Brasil.

Nessa data o comentário não pareceu ter qualquer eco no espírito aberto para a grandeza dos EUA de Jefferson, mas nesta entrada no III Milénio em que nos encontramos, com a ordem mundial à espera de reformulação, com os regionalismos a nascer como patamar de arranque para um resultado final que controle as ameaças e os riscos, o Brasil emerge como um poder a respeitar e a não dispensar na definição da liderança global, designadamente no que respeita à exigência da *segurança do Atlântico Sul*, articulada com a segurança do *Atlântico Norte*, esta que foi o interesse dinamizador da NATO, hoje a braços com a redefinição do seu originário conceito estratégico.

Sem esquecer as dúvidas, em que participo, sobre se o conceito integrador de nova formulação deve organizar-se tendo em vista o *Ocidente* e não já e apenas o *Atlantismo*, a questão deve ser posta no primeiro plano das exigências.

São várias as soberanias de língua oficial portuguesa que estão envolvidas neste tema, muitas delas são parte da CPLP e situadas na costa de África, alguns dos territórios, com destaque para as regiões portuguesas dos Açores e da Madeira e para o Estado de Cabo Verde, na linha de futura articulação do Norte e do Sul do Oceano Atlântico.

Não se trata, evidentemente, de a CPLP ser ela, como organização, necessariamente parte da segurança a definir, mas trata-se de assumir que algumas das

soberanias participam na mesma condição, e que o diálogo interno é sempre um instrumento útil para conseguir desenvolver uma acção concertada e produtiva na organização da segurança.

2) A MÚLTIPLA PERTENÇA

Uma das circunstâncias da CPLP, que exige meditação e resposta ponderada, é a da múltipla pertença de cada um dos Estados-membros a organizações internacionais especializadas por objectivos, ou, o que mais interessa neste caso, pelas regionalizações que se multiplicam.

Portugal serve imediatamente de exemplo, porque pertence à União Europeia e pertence à NATO, as duas pertenças mais significativas para a temática da CPLP.

Justamente o Brasil tem o mesmo tipo de desafio, neste caso implicando inevitavelmente com a liderança presentida.

Por um lado, a pujança do Brasil faz revisitar acusações antigas de vocação imperialista, uma infundada alegação de debilidades circundantes, que mais rigorosamente devem ponderar a consistência do poder nacional brasileiro, que apoia a defesa de uma política internacional independente. Uma política que orienta o Brasil para conseguir um alinhamento militar na América do Sul, de algum modo preenchendo o vazio que vai sendo aberto pela diminuição da influência dos EUA. Por isso, a actual Presidência do Brasil procura «disseminar na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) as directrizes militares da Estratégia Nacional de Defesa», elaboradas pelos ministros Nelson Jobin (Defesa) e Mangabeira Ungar (Assuntos Estratégicos). A tipologia dos conflitos da área implica o Brasil com os narcotraficantes da Colômbia, e os seus interesses «nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior», como na Bolívia, exigem-lhe prontidão, e pragmatismo na formulação das políticas que visam a integração regional. O Brasil possui o maior contingente militar de toda a América do Sul, e alguma inquietação de vizinhanças não afecta o crescente prestígio internacional, e a dinamização da referida integração regional.

Nesta integração está incluído o interesse brasileiro na dimensão estratégica marítima, um dos grandes temas estratégicos globais: o Atlântico está presente, e,

ao mesmo tempo, Joseph Stiglitz vaticina que «o Brasil vai beneficiar-se com a crise, devendo passar a compor o grupo de países industriais ricos dentro de duas décadas, em 2030». Na síntese da *Newsweek* (24-04-2009), «Lula is building a unique regional giant», animando o patriotismo da esperança que leva Murillo Aragão a proclamar (*Correio Brasiliense*, 11-05-09) *Brasília, capital do hemisfério*. Não há todavia indícios de que o objectivo da paz não domine toda a prospectiva estratégica brasileira.

Este exemplo da múltipla dependência encontra-se evidente na necessidade que Moçambique teve de se ligar à Comunidade Britânica, olhando à sua natureza de *país de serviços* que o ligam às exigências dos territórios que se foram tornando independentes no corredor que os ingleses abriram do Cabo ao Cairo.

Na situação de mais jovem dos Estados envolvidos na CPLP, Timor, depois do martírio e do genocídio da ocupação pela Indonésia, tem de dormir com o inimigo, e de prestar atenção à poderosa Austrália, ambiciosa do petróleo timorense, e ambiciosa de facilitar a política económica fazendo prevalecer a língua inglesa no pequeno Estado vizinho.

Esta múltipla dependência dos Estados da CPLP é um desafio para elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as perspectivas.

Ensaiai uma visão integrada, que assegure o eixo articulador da CPLP sem ferir nenhum dos interesses vitais do conceito estratégico de cada um dos Estados-membros, é um exercício que exige método, persistência, organização, recursos, e razoabilidade.

3) A LÍNGUA

A língua aparece como elemento estrutural na própria designação do grupo, e sem dúvida tem a natureza de elemento estruturante fundamental do património imaterial que todos comungam. Recentemente, a questão do Acordo Ortográfico provocou divisões nas elites mais responsáveis, uns aprovando a orientação que dirige para a unidade que o Acordo consagra, outros rejeitando, muitas vezes com fervor nacionalista, a mudança que é sobretudo animada pelas evoluções da língua no Brasil.

Tem-nos parecido que o bom conceito é o de aceitar que a língua não é nossa, também é nossa, e que a questão ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos.

O mais importante, parece-nos, é que a língua tem uma circunstância que afecta todos os povos que a adoptam, a qual se traduz no facto de a língua não ser neutra: transporta valores, que inspiram o tecido cultural da população, e também o diálogo convergente das respectivas soberanias nos foros internacionais onde todos falam com todos, como é o caso da ONU.

Por isso, a exigência mais evidente é a de acelerar a relação consistente da língua com as necessidades do povo que a fala, e por isso com solicitações diferentes conforme as latitudes e a composição, por raízes, dos povos que se fundiram naquela unidade política. Que as exigências e interesses do Brasil sejam reprodução do quadro de exigências internas de Angola não é de supor, assim como os interesses de Timor certamente não têm paralelo com os das referidas soberanias: trata-se de um povo privado de escolaridade por gerações, com o antigo invasor a impor a sua língua, pelo que são recursos humanos e financeiros vultuosos que a implantação e fortalecimento da língua portuguesa exige, no caso de se pretender apoiar o projecto estratégico do governo de Timor.

Por outro lado, quando o governo da China (2005) delega no governo de Macau as relações com os Estados da CPLP, para utilizar a herança cultural portuguesa, o interesse da China, de Portugal, e dos restantes Estados, é o de assegurar o ensino da língua para elites diplomáticas e económicas, uma tarefa que pode ajudar a impor a língua nos centros de diplomacia colectiva, de novo a começar pela ONU.

Tratando-se de uma componente essencial do património imaterial da área lusófona, parece exigir meditação o facto de a atenção governamental portuguesa se concentrar ultimamente no que entende ser a incapacidade da Academia das Ciências de Lisboa para lidar com o património linguístico, parecendo adoptar uma reserva de maior cortesia para a Academia Brasileira de Letras, esta rápida em publicar o seu vocabulário ortográfico.

Sugiro que é exigível não confundir a responsabilidade científica das Universidades e Academias, com a responsabilidade do governo pela defesa da língua implantada, pela atenção à sua expansão, em função da diferenciada relação de

interesses em cada região, e também no que toca à sua promoção, o que exige recursos humanos e financeiros, e conceito estratégico de governo.

Foi assim que, coincidindo, e talvez tendo em conta uma intervenção que fiz no Recife, sobre a necessidade de criar um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, no qual todos os Estados lusófonos estivessem em pé de igualdade e alheios à natureza de Academias que não possuíam, o meu amigo José Sarney, Presidente da República do Brasil, criou aquele Instituto, agora com sede em Cabo Verde. Todos os governos da CPLP são responsáveis pelo seu funcionamento, nenhum por isso está legitimado para ignorar a sua obrigação de contribuir para o cumprimento das obrigações assumidas.

Não é pois uma Academia da Língua Portuguesa que faz falta, o que falta é assumir responsabilidades governamentais pela coordenação e por recursos para dar consistência às obrigações nacionais assumidas, com evidência na área da preservação, implantação, difusão da língua estruturante do tecido cultural de cada comunidade, deixando tranquilas no seu trabalho as instâncias seculares que se ocupam da ciência da língua e das artes que usam a língua, instâncias que apenas lentamente serão reproduzidas nesses países recentemente chegados ao diálogo internacional em liberdade.

4) OS CENTROS DE FORMAÇÃO

Urgente parece a criação de uma rede lusófona de ensino superior, universitário e politécnico, civil e militar, de que foram dados primeiros passos de qualidade por iniciativa das instituições existentes, mas tudo a exigir estrutura articulada dentro da CPLP.

A globalização teve efeitos inovadores na formação de redes transnacionais, voltando à tradição, agora fortalecida, de uma circulação de saberes, professores e alunos, um forte movimento europeu consagrado na Declaração de Bolonha.

Não é aqui o lugar para dissecar o simplismo da leitura com que a Declaração foi governamentalmente imposta à rede nacional, encomendando à OCDE o plano de governo pelo qual esperamos longamente, e que reproduziu, para o nosso espaço pobre, traços fundamentais da economia de mercado americana, antes da crise global que enfrentamos.

Mas é lugar e tempo para advertir que a transformação do *princípio de cooperação*, que orientou o projecto da rede europeia, em *princípio de competição*, apoiado numa hierarquia de excelência, foi debilmente avaliada pela intervenção governativa, e daqui a crise financeira que atinge a rede pública, e, para vencer os efeitos negativos em progresso, a falta de uma política de reforço da rede lusófona, em termos de a sua excelência orientar, para os centros portugueses com preferência, a circulação dos estudantes e mestres disputados por centros que ficam noutras latitudes e sedes de interesses competitivos.

Naturalmente, os interesses económicos exigem a meditação sugerida pelo marinheiro anónimo do *Roteiro* de Vasco da Gama, ao juntar a busca de cristãos à busca de especiarias, e agora com exigências maiores, e deles vamos ter avaliação autorizada nas comunicações que ouviremos. O enquadramento político exige uma meditação, em que na Academia das Ciências participamos, que enquadre a definição de uma estratégia, que foi justamente o que fizeram os Infantes, consultados por D. João I, antes de concluir que estavam prontos para o arranque.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de julho de 2009)